









## www.sindsep-sp.org.br

São Paulo, 19 de setembro de 2014

## Carta dos admitidos ao Prefeito

Senhor Prefeito Fernando Haddad.

Os profissionais Admitidos da Prefeitura de São Paulo vêm clamar por dignidade e respeito. São inúmeras promessas, exaustivas discussões e, no entanto, a solução anunciada quando candidato ainda não fez presente nas nossas vidas. Ainda executamos funções que são remuneradas de forma diferenciada. Sempre com grande prejuízo!

Gostaríamos de relatar que no dia 11 de setembro o Sindsep e uma comissão dos trabalhadores(as) entregaram ao negociador da Sempla, Sr. Walter Hupsel, 4 caixas contendo mais de 3.700 cópias de requerimentos dos servidores, solicitando a contagem de tempo de admitido para fins de evolução nos quadros salariais. Os mesmos documentos, que se baseiam nas recentes decisões judiciais ganhas por servidores, foram também protocolados nos RHs individualmente pelos próprios funcionários.

Demonstra o interesse e a expectativa por uma reparação da injustiça histórica no tratamento dado aos servidores que implantaram e mantêm serviços públicos desde antes da Constituição Federal. Servidores que participaram dos principais programas municipais nos últimos 30 anos e que treinaram e formaram com sua expertise acumulada, milhares de servidores que chegaram através de concurso público exigido pela nova Carta Magna desde 1988. Esperança que se consolidou na eleição de Fernando Haddad pelo seu lema de campanha, "salários iguais para trabalhos iguais".

Vários foram os momentos nessa administração que renovaram tais expectativas, como quando soubemos pela secretária Leda Paulani que havia o pedido do próprio prefeito para a busca de saídas e soluções para os admitidos, como já vimos acontecer para a contagem de tempo das ADIs, momento em que se fez justiça pela vontade política e pelo compromisso de campanha.

Novas esperanças se acumularam quando fomos oportunamente recebidos por uma das Procuradoras da Sempla, que buscou discutir quais exigências poderiam ser solicitadas, mas que finalmente atendesse o pleito tão ansiado. Mas quando a administração apresentou mais uma vez uma proposta de carreira com enquadramento de admitidos que os aprisiona no primeiro nível das carreiras correspondentes, uma grande frustração começou a tomar conta dos mesmos.

Uma solução não seria impossível. Já em 1994 não houve impedimento para ser reconhecido o tempo quando os admitidos puderam ser enquadrados em letras. Mas desde então, o tratamento foi congelá-los.

A Prefeitura optou por descumprir a Lei 9160/1980 que organiza os admitidos, não realizando os concursos necessários e previstos em lei para os níveis universitário, médio e básico mesmo antes da Constituição. E por sua falha passou a punir esses trabalhadores que se fizeram úteis com seus baixos salários. Foram excluídos da participação de cursos, impedidos de receber remuneração por funções de chefia, mesmo exercendo-as. Lhes foi cerceado o direito a progredir, evoluir e promover. Violência que construiu culturalmente na administração o preconceito entre os próprios pares nos espaços de trabalho. Enfim, quem se aproveitou da situação foi a Prefeitura.

Nesta gestão, as conversas que se seguiram com o governo e os recentes posicionamentos da justiça nos levaram a buscar provocar um reposicionamento nos pareceres que se baseiam em uma conjuntura de mais de duas décadas. Não estamos pleiteando uma carreira para os admitidos, mas simplesmente que sejam remunerados de forma que seus tempos (mais de 26 anos) dedicados à municipalidade sejam respeitados, reconhecidos e valorizados.

No entanto, os quase 4 mil requerimentos sequer fizeram movimentar a tramitação que estacionou no jurídico da Sempla e que não chegaram à PGM, conforme acordado com o negociador em 28 de julho. Depois de mais de um ano de conversas, requerimentos e ações, o que ficou do compromisso? É o que nos perguntamos.

Indicamos mais uma vez ao negociador que a alternativa adequada é a criação de uma tabela salarial, não uma carreira, exclusivamente para admitidos e que corrijam as distorções que passam de 160% comparando-se a efetivos. Nas emendas dos PLs, no quesito dos admitidos, que sejam garantidas as emendas propostas pelo Sindsep, quanto a classificação das tabelas na referência 13.

O Sr. Walter Hupsel se comprometeu em trazer um posicionamento do governo até 15 de outubro. Mas tememos que a data seja tardia com projetos já em vias de votação na Câmara. Assim, cobramos do Sr. Prefeito a reafirmação do compromisso inicial, a exposição da vontade política que disporá para os Admitidos e qual solução o governo propõe para sairmos desse impasse.

Aguardamos do Sr. Prefeito uma resposta objetiva e concreta como devem ser as relações da administração com os trabalhadores.